

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS INOVADORAS  
NA GRADUAÇÃO  
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

LUIZ CAMÕES PEDROSO DA ROCHA FILHO

**O “DIA DA RAÇA” E SEUS DESDOBRAMENTOS**

CURITIBA  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS INOVADORAS  
NA GRADUAÇÃO  
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

LUIZ CAMÕES PEDROSO DA ROCHA FILHO

## **O “DIA DA RAÇA” E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros –Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dra. Edimara Gonçalves Soares

CURITIBA  
2014

LUIZ CAMÕES PEDROSO DA ROCHA FILHO

## O “DIA DA RAÇA” E SEUS DESDOBRAMENTOS

Monografia apresentada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB, da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, como requisito à obtenção do Certificado de Conclusão do Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Paraná.

### PARECER


O tema pesquisado é relevante na medida em que discute a celebração do “Dia da Raça”, criada no governo do presidente Getúlio Vargas, com o intuito moralista de construir uma ideologia de “democracia racial” brasileira, buscando amenizar os conflitos históricos entre os diferentes povos que compõe o povo brasileiro. Nesse sentido, considera-se a adequada a fundamentação teórica, a metodologia desenvolvida, e argumentação conceitual que sustenta o projeto.

Nota: 100

Aprovada em: 14 de Agosto de 2015.

PARECERISTAS:

  
Edimara Gonçalves Soares – UFPR-Doutora. Professora Orientadora

  
Lilianny Rodriguez Barreto dos Passos – Doutoranda -UFPR

## RESUMO

O presente trabalho trata de uma discussão acerca da instituição da data do “Dia da Raça”, que teve início em 1939, no governo do presidente Getúlio Vargas. No Brasil, essa data foi destinada a comemorar o dia da diversidade racial por meio de um discurso moralista, acompanhado de uma forte influência positivista. Essa data foi criada usando a ideia de uma “democracia racial”, com o propósito de amenizar os conflitos entre “raças”, onde o foco maior era o tratamento dado entre brancos e negros. Entre as décadas de 1930 e 1940, Vargas criou várias medidas políticas para que acontecesse a tão desejada unificação do povo brasileiro. A partir de então, iniciaram-se diversas medidas políticas para o processo de “branqueamento” do país, imaginando-se que em apenas três gerações o país estaria com uma população mestiça e branca, com o mínimo ou quase nenhum negro (SCHWACZ, 2000). As medidas políticas surtiram tanto efeito que ninguém mais no Brasil se intitulava como negro: várias cores foram sugeridas para substituir a cor negra; prova disso foi o resultado de uma pesquisa realizada pelo IBGE no período, que resultou em 136 cores de pele diferentes. Não há relatos e notícias de protestos e manifestações contra essas medidas políticas criadas por Vargas, o que nos deixa ver claramente a aceitação da massa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dia da Raça. Branqueamento do país. Era Vargas.

## ABSTRACT

This paper is a discussion about the date of the institution of the "Day of the Race", which began in 1939, the government of President Getulio Vargas. In Brazil, this date was intended to celebrate the day of racial diversity through a moralistic discourse, accompanied by a strong positivist influence. This date was created using the idea of a "racial democracy" in order to ease the conflict between "races", where the main focus was the treatment between whites and blacks. Between the 1930s and 1940s, Vargas created several policy measures to happen the much desired unification of the Brazilian people. From then, they started several policy measures for the process of "whitening" of the country, imagining that in only three generations the country would be with a mixed race and white population, with minimal or no black (SCHWACZ 2000). The political measures had such an effect that no one else in Brazil was called as black: various colors were suggested to replace the black color; Proof of this was the result of a survey conducted by IBGE in the period, which resulted in 136 different skin colors. There are no reports and news of protests and demonstrations against these policy measures created by Vargas, which makes us clearly see the mass acceptance.

**KEYWORDS:** Day of the Race. Country bleaching. Vargas Era.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	05
<b>CAPÍTULO 1 – IDEOLOGIAS POLÍTICAS DE VARGAS NO ESTADO NOVO</b> ----	07
1.1 – GETÚLIO VARGAS E O ESTADO NOVO -----	07
1.2 – POVO, NAÇÃO E NACIONALISMO -----	11
1.3 – UNIFICAÇÃO DO POVO BRASILEIRO -----	13
<b>CAPÍTULO 2 – “RAÇA”, RACISMO E PRECONCEITO NO BRASIL</b> -----	16
2.1 – CONCEITO DE “RAÇA” -----	16
2.2 – O RACISMO E O PRECONCEITO BRASILEIRO -----	17
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> --- -----	22
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> -----	23
<b>ANEXOS</b> -----	25

## INTRODUÇÃO

Esta introdução visa apresentar o presente trabalho que trata de uma discussão acerca da celebração da data do “Dia da Raça”, que teve início em mil novecentos e trinta e nove, no governo do então presidente Getúlio Vargas.

No Brasil, essa data foi destinada a comemorar o dia da diversidade racial, como já mencionado no governo de Vargas, através de um discurso moralista, acompanhado de uma forte influência positivista. Essa data foi criada usando a ideia de uma “democracia racial”, com o propósito de amenizar os conflitos entre “raças”, onde o foco maior era o tratamento dado entre brancos e negros.

Assim, pode-se dizer que as décadas de 1930 e 1940 foram marcantes na história do país, num período onde se buscou com maior intensidade a identidade e a unificação do povo brasileiro; período então intitulado como “Era Vargas”. Vargas criou várias medidas políticas para que acontecesse a tão desejada unificação – com o fim da escravidão, a importação de mão de obra estrangeira, mais precisamente europeia, se intensificou, em meados das décadas de 1930 e 1940 ainda chegavam ao Brasil famílias de diferentes nacionalidades no país. Mas mesmo assim ainda não eram números expressivos dentro do território nacional. Tanto é que as autoridades brasileiras da época diziam que a nação era muito “empretecida”, adjetivo usado para se referir ao grande número da população negra do país.

A partir desse posicionamento de Vargas, iniciaram-se diversas medidas políticas para o processo de “branqueamento” do país. Imaginava-se que em apenas três gerações o país estaria com uma população mestiça e branca, com o mínimo ou quase nenhum negro (SCHWACZ, 2000); essa era a missão da política de miscigenação criada por Vargas. No ponto de vista da elite política, representava um atraso para o país a existência de um número tão considerável de negros, afinal, sinônimo de progresso e desenvolvimento eram os brancos europeus, os quais tinham mão de obra qualificada. As medidas políticas surtiram tanto efeito que ninguém mais no Brasil se intitulava como negro. Várias cores foram sugeridas para substituir a

cor negra, prova disso foi o resultado de uma pesquisa realizada pelo IBGE no período, que resultou em 136 cores de pele diferentes<sup>1</sup>.

Além do feriado criado por Vargas, que é o ponto de partida para o surgimento deste trabalho, foi feita uma análise de um conjunto que envolveu este período, sendo um breve histórico da pessoa de Vargas e a criação do Estado Novo – que foi considerado um período de grandes conflitos e mudanças sociais na história brasileira. Além de abordar conceitos de povo, nação e nacionalismo, os quais são imprescindíveis para a compreensão das ideologias aplicadas pelo governo de Getúlio Vargas; será feito também um apontamento de como ocorreu essas aplicações das ideologias no seio da sociedade brasileira.

Em um segundo momento, foi descrito sobre os conceitos de “raça”, racismo e preconceito na esfera nacional, e os desdobramentos ocorridos em decorrência da criação da referida data.

Deste modo, o enfoque deste trabalho, partindo desta apresentação será uma análise dos debates a respeito da forma de comemoração da referida data, e o processo histórico de tratamento da “raça”. Sendo isso uma tentativa de aproximação a respeito dos efeitos, desdobramentos, imagens e produções dos conceitos de raça no espaço contemporâneo.

---

<sup>1</sup> Ver tabela em anexo 03.

## **CAPÍTULO 1 - IDEOLOGIAS POLÍTICAS DE VARGAS NO ESTADO NOVO**

### **1.1. Getúlio Vargas e o Estado Novo**

Para analisarmos o feriado nacional “Dia da Raça”, criado em abril de 1939, na Era Vargas, precisamos compreender como era o cenário político da época. Para isso, será descrito alguns aspectos do Estado Novo, tendo ciência de que esse período nos fornece vários enfoques para ser analisado. Dessa forma, analisaremos alguns aspectos que julgamos ser de relevância para este trabalho.

O Estado Novo marcou a história brasileira influenciada por dois campos: o externo com o seu cenário mundial com entre guerras, e o interno com os acontecimentos nacionais marcantes. Este ambiente favoreceu a forma de governo utilizada por Vargas, um governo ditatorial, centralizado e de manipulação emocional.

Em 10 de novembro de 1937, o congresso sofreu intervenção do estado, sem ocorrer muitas resistências e com várias adesões de parlamentares, o novo governo implantou-se. O então presidente Getúlio Vargas, investiu-se de poderes plenos através da constituição vigente, e fez com que os estados perdessem sua autonomia frente ao governo federal, nomeando para os estados interventores nacionais<sup>2</sup>. Vargas assumiu não só o poder executivo como também o legislativo, os estaduais e os municipais. Todos os governadores com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais foram demitidos e em seus lugares foram nomeados interventores federais. Criou-se, após essa reformulação, até um código chamado “Código dos Interventores”, onde o governo central normatizava e controlava os limites da atuação desses interventores através de normas de subordinação, limitando também a área de ação dos estados – sendo que os mesmos ficavam proibidos de contrair empréstimos externos sem a autorização do governo federal – e também o compromisso de não armar as polícias militares estaduais superiores ao exército.

Com a centralização do poder, o Estado Novo trouxe a extinção dos partidos políticos, as políticas governamentais refletiam o pensamento do presidente que começou a dominar o Brasil mediante um sistema rígido de controle. Além da extinção

---

<sup>2</sup> Os interventores eram pessoas de confiança do presidente, escolhidos por ele, que tinham como responsabilidade ocupar o lugar dos governadores – cargo em questão abolido durante o período de seu governo, para administrar os estados. Podemos citar Manoel Ribas tendo sido escolhido para este cargo no estado do Paraná.

dos partidos políticos, uma série de medidas foram tomadas para reprimir as oposições, tais como as nomeações de interventores para os estados, nomeados pelo governo central e escolhidos segundo seus diferentes critérios, parentes de Vargas e militares receberam a designação. Porém, a centralização do Estado não significou que ele se deslocou da sociedade, a representação dos diversos interesses sociais apenas mudou de forma, mas não deixou de existir; e a dos meios de comunicação realizado pelo DIP<sup>3</sup>. O DIP era o órgão que cuidava difundir a ideologia do Estado Novo, censurando, arquitetando a propaganda do governo e exercendo o controle sobre a opinião pública. Ao mesmo tempo em que a propaganda estatal mostrava os benefícios do novo regime, fazendo com que muitos acreditassem que realmente o país estava prestes a um momento de prosperidade política e social, paralelamente foi montado um aparato repressivo para intimidar e silenciar os que não estavam satisfeitos com a centralização do poder.

Podemos então resumir que:

Pela nova Carta, o presidente dispunha de plenos poderes, legislativos e executivos; era-lhe permitido também demitir e transferir funcionários, reformar e afastar militares que representassem ameaça ‘aos interesses nacionais’, pelo artigo 186, era declarado estado de emergência em todo território nacional, o que tornava possível ordenar prisões, exílio, invasão a domicílio; instituía-se a prisão preventiva; tornava-se legal a censura de todas as comunicações (SOLA, 1988, p.201).

Já sobre Getúlio Vargas podemos observar alguns pontos:

Vargas subiu ao poder em outubro de 1930, permanecendo lá como chefe de estado por um período de 15 anos. Poderia ter sido mais tempo se não fosse seu suicídio em 1954. Vargas foi o que podemos considerar uma figura de grande expressão política na história brasileira.

Getúlio Dornelles Vargas era originário de uma família estancieira, nasceu em São Borja (RS), na região gaúcha de Campanha. Era filho de político, seu pai era líder local do PRR, onde até meados de 1930, Getulio marcou carreira tradicional nos moldes do partido. Mas seu pai também foi considerado herói na Guerra do Paraguai, onde lutou como cabo. Chegou a general por ter participado da Revolução de 1893

---

<sup>3</sup> DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda criado em 1939, sob a direção de Lourival Fontes.

com Júlio de Castilho. Getúlio também seguiu carreira militar, mas foi expulso da Escola Militar por ter participado de motim de cadetes contra falta de água nos alojamentos. Era de uma família de republicanos ligados a figuras centrais na política do Rio Grande do Sul.

A 19 de abril de 1883, foi chefe do governo provisório depois da Revolução de 1930, presidente eleito pela constituinte em julho de 1934, até a implantação da ditadura do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Além disso, Getúlio contou também em sua carreira os cargos de promotor público, deputado estadual, líder da bancada gaúcha na câmara federal, ministro de Washington e presidente do Rio Grande do Sul.

Foi no Estado Novo que Vargas se tornou um grande ícone nacional graças as suas políticas de reforma e ações públicas que consolidavam sua imagem paternalista. Seu impacto e duração devem-se à articulação estabelecida com um amplo e diversificado conjunto de políticas públicas, com destaque para as sociais, entre os quais aquelas desenvolvidas pelos novos ministérios da educação e saúde e do trabalho, indústria e comércio. Grandes hospitais, escolas secundárias e profissionais, pensões e aposentadorias, carteira de trabalho e uma consolidação das leis do trabalho (CLT)<sup>4</sup>, atestavam o vínculo entre a pessoa do presidente e a população.

Observando essas políticas e medidas praticadas pelo presidente, podemos afirmar que seu governo tinha um caráter essencialmente assistencialista, e isso era bem nítido em relação à classe popular, pois a idéia de estar sendo guiado por um chefe de nação que amava o povo, em particular a classe popular, trazia para uma grande parte da população um sentimento especial, as pessoas se sentiam protegidas por um sistema paternalista, na figura de um representante que se preocupava com a população, o que dava a Vargas a imagem de um “pai dos pobres”. As pessoas se convenciam que as medidas legais trabalhistas eram uma “dádiva” do líder da nação para com o povo, porém, era mais uma forma de se obter aceitação do povo para melhor dominá-lo.

---

<sup>4</sup> CLT – Consolidação das leis de trabalho. Decreto-lei nº5452 de 1º de maio de 1943, criado durante o governo de Getúlio Vargas com o objetivo de assegurar o trabalhador de seus direitos.

Através da política trabalhista, Vargas tinha o objetivo de ordenar a mão de obra para conquistar adesão dos grupos populares ao projeto político nacional, tal paternalismo visava também anular as influências da esquerda, desejando transformar o operariado em um setor diferente, de seu controle, para ser usado no jogo do poder.

Vargas era visto por muitos como um criador miraculoso, disciplinador e harmonizador. Ele transpassava o imaginário social da época como defensor do povo, como também tinha forte prestígio com a elite brasileira, assim poderia ser reverenciado e odiado ao mesmo tempo sem perder sua popularidade. Getúlio foi chamado de “pai dos pobres” e “mãe dos ricos”, com o objetivo de obter apoio de diversos setores, para propiciar condições de avanço na industrialização do país e nas leis de trabalho.

Através do DIP<sup>5</sup>, criou-se até um feriado nacional no dia do aniversário do presidente, 19 de abril, a data era comemorada pela população calorosamente, em centenas de escolas, jornais, paradas militares e cívicas, pois o aniversário de um “pai” não poderia ser esquecido. Entretanto podemos afirmar que Vargas foi um grande estrategista político. Não se ocupou apenas em exercer suas funções presidenciais, como também fez parte do imaginário popular construindo sua imagem com inteligência, ora autoritário, ora democrático e amigo do povo, com suas medidas políticas e demonstração de preocupação para com o povo, conseguiu ser um presidente extremamente nacionalista.

Assim sendo, Getúlio marcou a história do século XX brasileiro. Mais do que o trabalhismo, Getúlio fundou o *Getulismo*, uma política vaga de defesa do Estado que incorporou as grandes massas urbanas ao processo político. Paternalista, estadista, nacionalista e vagamente anti-imperialista (MOTA, 1995).

Como definiu certa vez um gaúcho e grande escritor a respeito de Getúlio:

É um homem calmo numa terra de esquentados. Um disciplinador numa terra de indisciplinados. Um prudente numa terra de imprudentes. Um sóbrio numa terra de esbanjadores. Um silencioso numa terra de papagaios<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Op. Cit.

<sup>6</sup> Érico Verrísimo.

## 1.2 – Povo, Nação e Nacionalismo.

Todas as pessoas presentes no território do Estado, em um determinado momento, inclusive estrangeiros e apátridas, fazem parte da população. O povo exprime o conjunto de pessoas vinculadas de forma institucional e estável a um determinado ordenamento, segundo diversos autores povo pode ter algumas classificações: o conjunto de indivíduos que pertencem ao Estado, isto é o conjunto de cidadãos; conjunto de pessoas que pertencem ao Estado pela relação de cidadania ou o conjunto de indivíduos vinculados pela cidadania a um determinado ordenamento, entre eles jurídico (BONAVIDES, 1983). Fazem parte do povo tanto os que se acham no território como fora deste, no estrangeiro, mas presos a um determinado sistema de poder ou ordenamento normativo, pelo vínculo de cidadania. Povo então, não é apenas o elemento humano como sujeito de direitos e obrigações. E cidadania é a prova de identidade que mostra a relação ou vínculo do indivíduo com o Estado. E é assim, mediante essa relação que uma pessoa constitui uma pequena fração ou parte de um povo. Desta forma, o estado de cidadania define basicamente a capacidade pública do indivíduo, o conjunto dos direitos políticos e deveres que ele tem perante o Estado.

Podemos então dizer, que por aspectos jurídicos povo pode ser determinado como mencionado acima, mas de acordo com os aspectos sociológicos povo pode ser compreendido como toda a continuidade do elemento humano, projetado historicamente no decurso de varias gerações e dotado de valores e anseios comuns. Assim, se empregarmos esses conceitos na forma de política aplicada por Vargas podemos então dizer que o intuito dele foi reordenar essa população, mas usando de base conceitos reais que articulados de maneira correta o auxiliaram para o emprego de seus ideais.

Além da conceituação de povo, temos que observar também o que fora a nação. Para definirmos o que é nação, temos uma primeira significação feita por André Hauriou, autor francês, que diz que nação:

É um grupo humano no qual os indivíduos se sentem mutuamente unidos, por laços tanto materiais como espirituais, bem como conscientes daquilo que os distingue dos indivíduos componentes de outros grupos nacionais (HAURIOU, 1983, p.27).

Nação, se conceituada de acordo com o dicionário de política esta definida como um termo que deixou de ser vago anteriormente atribuído a simples idéia de grupo, ou a idéia de toda e qualquer forma de comunidade, passando a ser conceituada como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e, portanto eternos – ou pelo menos existentes *ab immemorabili* – e que, por causa destes laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional.

Para entendermos um pouco mais sobre o conceito de nação, alguns fatores devem ser considerados: os naturais, os históricos e psicológicos, todos eles sendo de fundamento para a construção da nação. Já em meados do século XIX, afirmava-se que a nação era uma sociedade natural de homens, com unidade de território, costumes e língua, estruturados numa comunhão de vida e consciência social.

Podemos então dizer que fatores morais, culturais e psicológicos, como já mencionamos, constituem o tecido de que se forma a chamada consciência nacional. Consciência essa que decorreu e foi utilizada para o emprego do nacionalismo no Estado Novo.

De acordo com Bobbio (1961), o nacionalismo tem como definição, em seu sentido mais abrangente a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político. O Estado nacional gerou o nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que visa à fusão do Estado e nação, isto é a unificação em seu território de língua, cultura e tradições.

Já o nacionalismo do Estado Novo pode ser compreendido através dos seguintes componentes: a busca da identidade nacional, o impulso patriótico, o ataque ao regionalismo e a preocupação com a justiça social. O nacionalismo foi uma peça fundamental para a construção de um imaginário do poder nas décadas de 1930 e 1940, entendendo Nação como Estado, e nacionalismo como a construção da idéia de nação e pertencimento a ela, o processo de “abrasileiramento”. Sendo o Brasil formado pela mescla de etnias o governo precisou delinear um processo amalgamento da diversidade étnica através da adaptação e da integração dos estrangeiros na unidade nacional. É nesse contexto que surgem as medidas políticas para integração do povo

brasileiro, para a criação da idéia de nação. Uma das medidas criada por Vargas foi uma data comemorativa, um feriado nacional, que ficou inserido no calendário brasileiro, onde o povo pudesse comemorar independentemente de sua “etnia”, sua cor, credo religioso, idade, sexo e condições sociais, uma data para englobar a todo o povo, então criou-se o feriado nacional o “Dia da Raça”.

O “Dia da Raça” foi criado em abril de 1939, e comemorado em todo o país no dia 08 de setembro, um dia após as comemorações do “Dia da Pátria”, uma data muito sugestiva para se trabalhar a conscientização do nacionalismo. Deste modo, pátria e nação se complementam como podemos observar a data foi criada pensadamente e estrategicamente para se obter sucesso nos resultados esperado pelo seu idealizador, a unificação do povo brasileiro.

### 1.3 – Unificação do povo brasileiro

Outras medidas também foram tomadas pelo governo para que a tão sonhada homogeneização ocorresse no Brasil. O fim das regionalidades, por exemplo, foi uma delas, Vargas dizia que as regionalidades precisavam acabar principalmente as bandeiras estaduais, os hinos e símbolos, o que interessava era o nacionalismo e nada mais além do que interessasse a nação. Com a legitimação de que o Brasil era uma só nação, e que possuía um só ideal, o ser nacional devia estar submetido aos cuidados do estado. Fazendo uso da educação, para fortalecer seu plano, Vargas implantou no currículo escolar, como disciplina obrigatória: Educação moral e cívica, que foi ensinada para as crianças nas primeiras séries, nesse sentido as escolas procuravam formar bons patriotas; também antes das sessões de cinemas, inserções nos jornais que circulavam na época, tendo como objetivo alcançar todas as faixas etárias.

Nesse mesmo período, referentes à educação, foram fechadas mais de 700 escolas particulares em diversos estados <sup>7</sup>, tais como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, São Paulo e Espírito Santos sendo os três primeiros estados citados, localizados no sul, onde havia muita influencia estrangeira, com o ensino de suas línguas, entre elas, o alemão, o holandês, polonês, entre outros, e isso não fortalecia o nacionalismo, além do mais esse modo de cultura “isolava” as colônias de imigrantes

---

<sup>7</sup> Segundo fonte do INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa.

deixando muita das vezes transparecer imparcialidade para com a nação. Outro temor que o governo apresentava, era que essas colônias poderiam ser usadas como esconderijos de espões, pois se encontravam em período de guerra. Essas intervenções na educação eram efetuadas sob o comando do senhor ministro Gustavo Capanema. O estado investia na educação dos jovens, porém em troca, cobrava-se empenho e uma dedicação para dar ao país sua força de trabalho, para ajudar no desenvolvimento e fortalecimento da nação.

Como em outras áreas da política de Vargas, para a educação foi usada uma inspiração autoritária. O estado organizou a educação de cima para baixo, com o objetivo de abranger todos os aspectos do universo cultural, no mesmo ritmo da ditadura do Estado Novo, a educação era impregnada de valores hierárquicos e de conservadorismo. A política educacional ficou nas mãos dos jovens, entre eles Francisco Campos, ministro da educação, entre novembro de 1950 e setembro de 1932 e de Gustavo Capanema, que o substituiu com uma longa permanência no ministério, de 1934 a 1945. Nesse mesmo período investiu-se muito no ensino superior, em 1934 nasceu a Universidade de São Paulo (USP) e, em 1935 a Universidade do Distrito Federal. O governo com esses feitos procurou as melhores condições para o ensino e a pesquisa.

Outra ferramenta usada por Vargas, foi a política trabalhista, sendo ela tema de muitas músicas e em especial nos sambas através de letras que valorizavam e incentivavam ao trabalho. Referente ao trabalho, em novembro de 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo seu surgimento em proteção do trabalhador, nesse mesmo período surgiu também os sindicatos e órgãos para intermediar conflitos entre patrões e empregados. A política trabalhista usada por Vargas, pode então ser observada sobre dois pontos: o das iniciativas matérias e o da construção da imagem simbólica de Getúlio. Essa imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores ganhou forma através de várias cerimônias e dos meios de comunicação. Nesses encontros se reuniam grande número de trabalhadores, em especial na data de 01 de maio – Dia do Trabalhador – Getúlio então aproveitava e iniciava seu discurso com o jargão “Trabalhadores do Brasil”, e assim dava continuidade de seu pronunciamento sempre anunciando alguma medida que fosse

muito aguardada e de alcance social. No campo da política salarial, houve também uma grande inovação durante o Estado Novo, em maio de 1940 foi criado um salário mínimo que deveria ser capaz de suprir as necessidades básicas do trabalhador. Em 1943, foi criada a CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), tendo por finalidade garantir ao trabalhador a estabilidade do emprego depois de dez anos de serviço, descanso semanal, regulamentação do trabalho de menores, da mulher e do trabalho noturno, à criação da previdência social, a instituição da carteira profissional para maiores de 16 anos que exerciam um emprego com a jornada de trabalho fixada em 8 horas de serviço. Como mais um recurso político a CLT chegou para ordenar e legislar as questões trabalhistas, mais uma forma de dominar a população, a conduta do trabalhador, pois o trabalho era um fator de mobilização para que o Brasil desenvolvesse sua economia e indústria, mas também ajudou a reforçar a idéia de nacionalismo na medida em que o bom trabalhador contribuía para o crescimento da nação. O trabalho tinha que ser o lema de cada indivíduo, o cidadão que não correspondesse a essa expectativa não tinha como ser inserido no seio da sociedade, o ócio não era aceito e tolerado, tendo esse aspecto um melhor detalhamento no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2 – “RAÇA”, RACISMO E PRECONCEITO NO BRASIL

### 2.1 – Conceito de “raça”

O uso da terminologia raça está datada desde o século XVI, porém seu conceito não era aplicado da forma como temos conhecimento hoje.

Guimarães (2002) afirma que podemos dizer que não existem conceitos que possam valer sempre em todo lugar, fora do tempo, do espaço e das teorias. São poucos os conceitos que atravessam o tempo ou as teorias com o mesmo sentido. Assim, a primeira coisa que se deve saber antes de continuar a conceituar raça é que raça não existe geneticamente, elas foram criadas socialmente, não passa de um conceito social. As tragédias geradas por essa teoria fizeram à ciência aceitar que as raças não tinham nada de biológico e que era apenas um produto da sociedade.

Segundo Durkheim, “um fato social só pode ser explicado por outro fato social”, isso quer dizer que seria um erro tentar conceituar raça geneticamente. Desta maneira, um conceito sobre raça que se estabeleça baseado em traços fisionômicos é algo que não tem o menor respaldo científico. Ou seja, raça é cientificamente, uma construção social e deve ser estudada por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais. Pois estamos lidando no campo da cultura. Com isso, podemos dizer que “raça” é efeito do discurso. Usando essa idéia, podemos dizer que certos discursos falam basicamente de traços fisionômicos e qualidades morais e intelectuais, somente desta maneira é que a idéia de “raça” faz sentido.

Existem outros tipos de discursos que são também são usados para conceituar raça, entre eles discursos sobre lugares. Lugares geográficos de origem, aquele lugar de onde se veio e que permite a nossa identificação com um grupo enorme de pessoas.

Desta forma, podemos observar que “raça” então é uma construção histórica e social, matéria prima para o discurso das nacionalidades. Raça como diz Tomas Sowell, “antes de um conceito biológico, é uma realidade social, uma das formas de identificar pessoas em nossa própria mente”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Op. Cit.

Podemos afirmar, igualmente, que conceito racial foi algo criado, decorrente disso temos o racismo, que sempre foi prejudicial, criando barreiras sociais para o nivelamento das classes sociais.

O fato é que não existem “raças humanas”, e sim apenas uma “raça”, a raça humana. O sociólogo Antonio Sergio Alfredo Guimarães, da USP diz: “os brasileiros acreditam em raça e agem de acordo como se elas realmente existissem” (2002, P.30), passando assim a existir na cabeça das pessoas. Kabengele Munanga (2004), também da USP, diz que as raças são uma categoria de exclusão e denominação que traz problemas, na realidade mesmo que elas não existam biologicamente, elas criam vítimas.

## 2.2 – O racismo e o preconceito brasileiro

Durante muito tempo, acreditou-se que o Brasil era uma “democracia racial”, esperava-se que o Brasil fosse uma nova “Roma”, devido à sempre estar de portas abertas à imigração. Os cronistas do século XIX chegaram a dizer que no Brasil a escravidão era mais branda do que o trabalho assalariado na Inglaterra. E que o índio brasileiro não teria sido conquistado nem derrotado, mas sim, “incorporado” à nação. Essa idéia ganhou mais força nos anos de 1930, inspirada pelas obras de Gilberto Freyre, o qual acreditava que no Brasil não havia distinções entre brancos e negros e a discriminação era feita somente aos pobres. Esse mito começou a ser desconstruindo no final dos anos de 1960, quando se debatia que, no Brasil, não só havia preconceito em relação as pobres, mas também aos negros, pardos e índios, e devido ao grande distanciamento entre negros e brancos.

Segundo Maggie (2001), hoje sabemos que o Brasil, pode ser considerado um país racista. Mas afinal o que é o racismo? Segundo Joel Rufino, “racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros”, por isso o uso da terminação “raça” é tão freqüente. Rufino (2005) ainda complementa com o uso do dicionário francês *Petit Larousse* que racismo “é um sistema que afirma a superioridade de um grupo social sobre outros, pregando, em particular, o confinamento dos inferiores numa parte do país (segregação racial)”.

O racismo prega uma idéia negativa a respeito do outro, nascida de uma dupla necessidade de defender e justificar as agressões geradas na sociedade. O racismo não nasce com as pessoas, as idéias a seu respeito são expostas pela sociedade para dentro das cabeças dos indivíduos, através de palavras, exemplos, imitações, crenças religiosas, entre outras. Assim, quem cresce ouvindo esse tipo de discurso, dificilmente fará uma idéia diferente do ato a ser discriminado (RUFINO, 2005).

O racismo dos europeus instalou o trabalho escravo no Brasil, decorrente da exploração de açúcar, tabaco, algodão e minério, etc. O historiador português Oliveira Martins deixou uma descrição do sofrimento dos africanos nas mãos dos europeus:

Havia lá, no seio do navio balouçado pelo mar, lutas ferozes, uivos de cólera e desespero. Os que a sorte favorecia nesse ondear de carne viva e negra, aferravam-se à luz e olhavam a estreita nesga do céu. Na obscuridade do antro, os infelizes, promiscuamente arrumados a monte, ou caíam inânimes num torpo letal, ou mordiam-se, desesperados e cheios de fúrias (...). Muitos não se tinham em pé; tropeçavam, caíam, e eram levados aos ombros fardos... O capitão, voltando a bordo, a limpar o porão, achava os restos, a quebra da carga que trouxera: havia por vezes cinqüenta e mais cadáveres sobre quatrocentos escravos! (CAPELA, 1974, apud SANTOS, 2005, p.95)

Uma das ferramentas mais usadas pelo racismo é o *Etnocentrismo*; é ele que fortalece o sentimento racista para que o próprio racismo se perpetue e se dissemine. O etnocentrismo é então uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições, do que é existência. Já no plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença, e no plano afetivo como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. Esse sentimento, que levou os alemães a cometerem uma das maiores barbáries que já se viu em toda a história da humanidade contemporânea não quer dizer que isso seja um caso isolado.

Temos conhecimento que este tipo de conduta sempre existiu desde a idade antiga com os egípcios e os judeus, por exemplo. Sempre houve guerras e revoltas resultando conseqüentemente em “vencedor” e outro “derrotado”, onde o resultado dessas batalhas não poderia ser diferente da escravidão e da servidão ao outro povo que saiu como vencedor. Um exemplo claro da prática desse tipo de sentimento ocorreu quando os europeus chegaram aqui (Brasil). Ao se encontrarem com os

indígenas não procuraram entender e tão pouco respeitar suas culturas locais, simplesmente ignoraram tudo como se aquela gente não tivesse valor algum. Como diziam eles: povos sem alma, imprestáveis. Como se não bastasse tudo isso, foram buscar mais “seres sem alma” para povoar a terra para servirem apenas de força e ferramenta de trabalho.

Porém, podemos observar no Brasil que “raça” jamais teve um significado neutro. Vejamos a representação que fora dada ao mestiço no início dos anos de 1930. Transformou-se o mestiço então em um ícone nacional, símbolo da identidade. A partir daí, uma situação preocupante surgiu, ninguém, nenhum cidadão brasileiro mais se intitulava como negro ou escuro, prova disso é uma pesquisa feita pelo IBGE<sup>9</sup>, em meados da década de 1970, que resultou em 136 cores<sup>10</sup> diferentes do brasileiro.

O preconceito de fato existe, porém sempre foi atribuído ao outro. Você não tem, mas conhece alguém que tem (FRY, 2005). O preconceito, a discriminação existe, o ato de discriminar pode ser considerado fato, mas a dificuldade que pode ser observada é admitir que o ato seja feito. Podemos dizer que o racismo existe como fenômeno social, mas que a tentativa de branqueamento da população criou um racismo *a la* brasileira, que leva em consideração a coloração do que a raça. Que admite a existência de discriminação somente no aspecto privado. Deste modo, a aparência física é que define ou interfere o status e a condição social. Decorrente disso que a cidadania como expõe Lilia Schwarcz (2000) é defendida com base na garantia de direitos formais, porém são ignoradas limitações dadas pela pobreza, pela violência cotidiana e pelas distinções sociais e econômicas.

Têm-se conhecimento das teorias raciais no Brasil somente a partir de meados do século XIX, como já comentado, que auxiliaram a explicar a desigualdade como inferioridade, e foram a favor da miscigenação para ter um resultado cada vez mais branco.

A partir então de 1930, com o discurso oficial de que o mestiço virou nacional, se deu início ao processo de *desafricanização* de vários elementos culturais, simbolicamente clareados como apresenta Lilia Schwarcz (2000), a feijoada – comida

---

<sup>9</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>10</sup> Anexo 02

dos escravos até então desprezada e inferiorizada, passa a ser prato típico brasileiro. O feijão (preto ou marrom) e o arroz (branco) foram usados para ilustrar os dois grandes grupos da população. E os acompanhamentos representados pela couve (a cor de nossas matas) e a laranja (a cor de nossas riquezas).

Essa política, iniciada a partir dos anos de 1930 pelo novo governo, criou diversas metas, entre elas datas para comemorar o “espírito democrático”, que pairava sobre a nação. Entre essas criações está o feriado do dia 30 de abril, dia da Raça com o objetivo de fortalecer e exaltar a tolerância racial em nossa sociedade. Vários setores da sociedade se mobilizaram em favor dessa idéia; no esporte, por exemplo, deu-se início à inserção de jogadores negros que até então era proibido. Na religião temos a escolha da padroeira do Brasil, mestiça como os brasileiros, o que facilitou a aceitação e permitiu uma identificação por parte da sociedade até então discriminada. E na cultura, temos as obras de Gilberto Freyre, que retratou a “democracia racial” e posteriormente possibilitou até as execuções das peças de teatros inspiradas nas suas obras. Além, é claro, da liberação do samba e do candomblé, expressões populares até então punidas. Decorrente dessas liberações surgiu à imagem do malandro brasileiro, associada ao samba. O malandro era tido como “*vagabundo*”, recusava trabalhos regulares para se dedicar a serviços temporários para garantir uma vida boa sem muitos esforços. Uma representação interessante desse malandro foi retratada pela mídia com o surgimento do personagem de Zé Carioca<sup>11</sup>, que apresentava um malandro mestiço, de simpatia contagiante, com direito a muita diversão e cachaça em suas aventuras. Outro setor que também recebeu influência foi o musical, muitas músicas foram feitas exaltando o personagem do malandro.

Outra conquista em um campo de grande relevância alcançada foi o artigo de lei que definia a punição no país a respeito do preconceito: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes de preconceito de raça ou de cor”. Afinal, até então oficialmente não era crime o ato de preconceito, as ofensas e as expressões usadas contra os negros não eram punidas pelas autoridades e os negros não tinham como se defender. Mas com a criação da lei, as tensões diminuíram devido ao temor da pena da lei e a partir de então, o ato de racismo e preconceito passou a ser silencioso e camuflado, porém,

---

<sup>11</sup> Zé Carioca foi um personagem criado pela Walt Disney, em 1943.

não deixou de existir. Mas, o racismo só foi e é passível de punição quando reconhecido publicamente.

Mas, mesmo com todos esses reconhecimentos, que democracia é essa? A que apresenta o preconceito de maneira sutil ou simplesmente nega a sua existência, a que desconhece a política discriminatória social ou desconsidera as posições desiguais.

Vivemos em um país que pode ser analisado por uma pesquisa realizada em 1995, pelo jornal Folha de São Paulo, que apresentou resultados interessantes: apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito contra o negro no país, só 10% admitem tê-lo. No entanto de modo indireto, 87% revelaram algum preconceito ao concordar com frases e ditos de conteúdo racista (SCHWARCZ, 2000). Os brasileiros quando questionados sobre preconceitos usam a história como argumento, desde o período da escravidão até os dias atuais para sustentarem suas respostas. Podemos concluir que mesmo reconhecendo o racismo, isso não leva a sua compreensão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando todos esses fatores e contextos que ocorreram no seio da nação brasileira, podemos chegar a uma conclusão que as medidas políticas criadas por Vargas para poder “congregar” todas as diferentes etnias presentes no país, de uma forma harmoniosa e pacífica com o objetivo de se obter uma homogeneização política e social, foi, a princípio favorável, tanto é que a população aceitou e acatou a idéia do presidente. Não há relatos e notícias de protestos e manifestações contra essas medidas políticas criadas por Vargas, o que nos deixa ver claramente a aceitação da massa. Resumidamente de uma maneira totalmente simplista, é como se: “O Brasil fosse um caldeirão, e dentro dele estivessem às diversas etnias existentes, mais agrupadas ou isoladas uma das outras. O que Vargas quis fazer foi uma mistura de todos os ingredientes existentes dentro desse caldeirão, nada mais que isso, com o objetivo é claro de se obter um só “caldo”, ou melhor dizendo, um só “povo”.

Porém, a forma que foi conduzida todo esse processo é que foi errônea, não foi relativizado as culturas existentes antes de se fazer a “mistura”, e como se não bastasse, Vargas usou um “tempero” essencialmente europeu para todos os ingredientes. Em outras palavras, faltou respeitar as diferentes culturas das diferentes etnias presentes aqui no Brasil, faltou valorizar suas peculiaridades. Em contra partida, usaram um padrão europeu para nivelar todas as diferentes etnias presentes em solo brasileiro, ignorando suas culturas e valores originais. Fica a pergunta no ar – isso é “democracia racial”? Ou democracia racial seria a união de todos os povos aqui existentes vivendo em harmonia, respeitando e tendo respeitado suas culturas e valores étnicos?

Desta forma, após a análise dos debates, o processo histórico de tratamento da “raça” continua sendo algo a ser discutido no espaço contemporâneo. Não possibilita uma resposta já formulado, ou seja, cada um interpreta de uma forma e tira suas conclusões. Afinal, cada etnia tem sua própria cultura, e isso é muito peculiar. Fato que deve ser levado em consideração ao analisarmos qualquer aspecto de povo, principalmente se relacionado ao nosso país, onde há várias culturas convivendo no mesmo espaço territorial chamado Brasil.

## REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Edunb, 1961
- BONAVIDES, Paulo. *Ciências Políticas*. Rio de Janeiro: Forense. 1983.
- CAPELA, José. *Escravidão: a empresa de saque – O Abolicionismo (1810-1875)*. Porto, Apontamento, 1974, p.91. In: SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense. 2005.
- COSTA, Luiz C. A. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione. 1999.
- CUNHA, Manuela. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FERREIRA, Fátima dos S. *Cor da pele: A construção da identidade afro-brasileira em Curitiba 1960-1990*. Monografia. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2006.
- FREITAS, C. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, v.28, n.32, 1942
- FRY, Peter. *A persistência da raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.
- GUIMARÃES, Antonio S. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002. Vol.1.
- HAURIOU, André. *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques*. Paris, 1966, p.90
- LUCIO, Alicia M. *Getúlio Vargas em Curitiba: 1944 e a mobilização nacionalista*. 2004. p.73. Monografia. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2004.
- MAGGIE, Yvonne. *Raça como retórica – A construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MOTA, Carlos G. *História e Civilização – O Brasil imperial e republicano*. São Paulo: Ática, 1995.
- MUNANGA, Kabengele. *O negro na sociedade brasileira – resistência, participação, contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.
- NASCIMENTO, Gilmar M. do. *Raça, arte e cultura no terceiro Reich*. 2005. Monografia. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2005.
- ROCHA, Everardo P. G. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: brasiliense, 1994.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense. 2005.

SCHWACZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *História da vida privada do Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SFORZA, Luigi L. C. *Genes, povos e línguas*.

SOLA, Lurdes. *O golpe de 37 e o Estado Novo*. In: MOTA, C. G, org. *Brasil em perspectiva*. São Paulo:Difel, 1988 p.266.

**ANEXO 01 – DESFILE EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA “RAÇA” EM  
SÃO PAULO**





**ANEXO 02 - FAMÍLIA REUNIDA OUVINDO O DIP**



**ANEXO 03 – TABELA DE CORES  
“AQUARELA BRASILEIRA”**

“Aquarela do Brasil”

- |                        |                          |                        |
|------------------------|--------------------------|------------------------|
| 1. Acastanhada         | 47. Clarinha             | 93. Morena-escura      |
| 2. Agalegada           | 48. Cobre                | 94. Morena-fechada     |
| 3. Alva                | 49. Corada               | 95. Morenã             |
| 4. Alva-escura         | 50. Cor-de-café          | 96. Morena-parda       |
| 5. Alvarenta           | 51. Cor-de-canela        | 97. Morena-roxa        |
| 6. Alvarinta           | 52. Cor-de-cuia          | 98. Morena ruiva       |
| 7. Alva-rosada         | 53. Cor-de-leite         | 99. Morena trigueira   |
| 8. Alvinha             | 54. Cor-de-ouro          | 100. Moreninha         |
| 9. Amarela             | 55. Cor-de-rosa          | 101. Mulata            |
| 10. Amarelada          | 56. Cor-firma            | 102. Mulatinha         |
| 11. Amarela-queimada   | 57. Crioula              | 103. Negra             |
| 12. Amarelosa          | 58. Encerada             | 104. Negrota           |
| 13. Amorenada          | 59. Enxofrada            | 105. Pálida            |
| 14. Avermelhada        | 60. Esbranquecimento     | 106. Paraíba           |
| 15. Azul               | 61. Escura               | 107. Parda             |
| 16. Azul-marinho       | 62. Escurinha            | 108. Parda-clara       |
| 17. Baiano             | 63. Fogoió               | 109. Parda-morena      |
| 18. Bem-branca         | 64. Galega               | 110. Parda-preta       |
| 19. Bem-clara          | 65. Galegada             | 111. Polaca            |
| 20. Bem morena         | 66. Jambo                | 112. Pouco-clara       |
| 21. Branca             | 67. Laranja              | 113. Pouco-morena      |
| 22. Branca-avermelhada | 68. Lilás                | 114. Pretinha          |
| 23. Branca-melada      | 69. Loira                | 115. Puxa-para-branca  |
| 24. Branca-morena      | 70. Loira-clara          | 116. Quase-negra       |
| 25. Branca-pálida      | 71. Loura                | 117. Queimada          |
| 26. Branca-queimada    | 72. Lourinha             | 118. Queimada-de-praia |
| 27. Branca-sardenta    | 73. Malaia               | 119. Queimada-de-sol   |
| 28. Branca-suja        | 74. Marinheira           | 120. Regular           |
| 29. Branquiça          | 75. Marrom               | 121. Retinta           |
| 30. Branquinha         | 76. Meio-amarela         | 122. Rosa              |
| 31. Bronze             | 77. Meio-branca          | 123. Rosada            |
| 32. Bronzeada          | 78. Meio-morena          | 124. Rosa-queimada     |
| 33. Bugrezinha-escura  | 79. Meio-preta           | 125. Roxa              |
| 34. Burro-quando-foge  | 80. Melada               | 126. Ruiva             |
| 35. Cabocla            | 81. Mestiça              | 127. Russo             |
| 36. Cabo-verde         | 82. Miscigenação         | 128. Sapecada          |
| 37. Café               | 83. Mista                | 129. Sarará            |
| 38. Café-com-leite     | 84. Morena               | 130. Saraúba           |
| 39. Canela             | 85. Morena-bem-chegada   | 131. Tostada           |
| 40. Canelada           | 86. Morena-bronzeada     | 132. Trigo             |
| 41. Cardão             | 87. Morena-canelada      | 133. Trigueira         |
| 42. Castanha           | 88. Morena-castanha      | 134. Turva             |
| 43. Castanha-clara     | 89. Morena-clara         | 135. Verde             |
| 44. Castanha-escura    | 90. Morena-cor-de-canela | 136. Vermelha          |
| 45. Chocolate          | 91. Morena-jambo         |                        |
| 46. Clara              | 92. Morenada             |                        |